

SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA NA REPÚBLICA BRASILEIRA: UMA BREVE HISTÓRIA

**About free public education in the brazilian Republic:
a brief history**

**Acerca de la educación pública y gratuita en la República
brasileña: una breve historia**

Marcos Jovino Asturian¹

Resumo:

Neste artigo, procuramos analisar por meio de pesquisa bibliográfica o acesso à educação pública e gratuita no Brasil República. O estudo da história da educação brasileira é essencial para compreendermos os desafios da educação contemporânea. Os eventos pretéritos podem ser revisitados a partir de novas preocupações do tempo presente. Dito de outra forma, existe uma contínua relação dialógica entre o presente e o passado. A educação pública e gratuita é uma conquista da sociedade brasileira que não deve ser naturalizada, pois está inserida em contextos diversos e marcada por avanços e retrocessos, rupturas e continuidades.

Palavras-chave: Brasil República. Educação pública e gratuita. História.

Abstract:

In this article, we seek to analyze, through bibliographical research, access to free public education in Brazil Republic. The study of the history of Brazilian education is essential to understand the challenges of contemporary education. Past events can be revisited based on new concerns in the present time. In other words, there is a continuous dialogical relationship between the present and the past. Free public education is an achievement of Brazilian society that should not be naturalized, as it is inserted in different contexts and marked by advances and setbacks, ruptures and continuities.

Keywords: Brazil Republic. Free public education. History.

Resumen:

En este artículo, tratamos de analizar, por medio de investigación bibliográfica, el acceso a la educación pública y gratuita en el Brasil República. El estudio de la historia de la educación brasileña es esencial para comprender los desafíos de la educación contemporánea. Eventos pasados pueden ser revisitados a partir de nuevas preocupaciones del tiempo presente. Para decirlo de otra manera, hay una continua relación dialógica entre el presente y el pasado. La educación pública gratuita es una conquista de la sociedad brasileña que no debe ser naturalizada, pues está insertado en diferentes contextos y marcada por los avances y retrocesos, rupturas y continuidades.

Palabras clave: Brasil República. Educación pública y gratuita. Historia.

Introdução

Em virtude da complexidade da história da educação brasileira durante o período republicano é mister estabelecer um fio condutor: o acesso ao ensino público e gratuito. A escrita da história também é o resultado de escolhas. Nesse sentido, será destacada a educação pública e a sua historicidade, isto é, uma conquista da sociedade brasileira que não deve ser naturalizada, pois está inserida em contextos diversos e permeada por avanços e retrocessos.

O estudo da história da educação brasileira é essencial para compreendermos os desafios da educação contemporânea. Os eventos pretéritos podem ser revisitados a partir de novas preocupações do tempo presente. Dito de outra forma, existe uma contínua relação dialógica entre o presente e o passado. O que resulta disso, entre outras coisas, é a compreensão da historicidade da educação, isto é, um processo permeado de rupturas e continuidades. Além disso, o entendimento de que a educação está interligada com múltiplos aspectos: econômico, político, social, cultural, religioso, etc. A reconstituição do passado por meio de problemas formulados a partir de questões atuais torna-se imperativo na formação de docentes voltados para uma prática pedagógica contemporânea crítica e libertadora.

A Primeira República (1889-1930)

Em 1889, quando foi derrubada pelo golpe liderado por Deodoro da Fonseca, a Monarquia já era um regime que tinha perdido apoios fundamentais entre as elites civis e militares. A Primeira República (1889-1930) foi marcada por vários projetos modernistas

que figuraria um mundo de ambivalências: o passado a conviver com o presente; transporte acelerado com o ritmo do lombo de burro; um país urbano ladeado pela realidade isolada dos sertões distantes; exclusão social com processos de inclusão; clientelismos combinados a processos até então desconhecidos de institucionalização política e social (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 350).

No início da República, entre outras heranças dos períodos colonial e imperial podemos destacar: a elevada taxa de analfabetismo – em torno de 70% da população – e a ausência de um sistema integrado de ensino. Durante toda a Primeira República manteve-se a dualidade de sistemas e de competências em matéria educacional, isto é, de um lado, o sistema federal, cuja principal preocupação era a formação das elites, por meio dos cursos secundário e superior; de outro lado, os sistemas estaduais que, embora legalmente pudessem instituir escolas de todos os graus e modalidades, limitavam-se a organizar o ensino das camadas populares – ensino primário e profissional – e assim mesmo de forma precária (PILETTI; PILETTI, 2021, p. 122-123).

A Constituição republicana de 1891, ao reafirmar a descentralização do ensino, atribuiu à União a incumbência da educação superior e secundária, reservando aos estados o ensino fundamental e profissional. Destarte, reforçou o viés elitista, já que a educação elementar recebia menor atenção. O ensino secundário, privilégio das elites, permanecia acadêmico, propedêutico – voltado para a preparação ao ensino superior – e humanístico, apesar dos esforços – principalmente do projeto positivista – para reverter este quadro. Logo, persistia o sistema dualista e tradicional de ensino (ARANHA, 2006, p. 298).

Assim, descreveu Napolitano sobre a educação na Primeira República:

[...] Na prática, pouco se fazia para melhorar a educação no país. Não houve, nos primórdios da República, uma política educacional de massa. Mesmo nos estados que desenvolveram um projeto de escola pública e laica, como São Paulo, as vagas não eram suficientes para a demanda histórica reprimida; e, nas escolas existentes, frequentemente, mecanismos informais impediam o acesso de crianças negras e pobres, entregues à própria sorte. Ademais, essas crianças tinham que trabalhar cedo para completar a renda familiar, não conseguindo manter-se na escola. O Rio Grande do Sul, onde o positivismo dava o tom da administração estadual, foi o único estado a desenvolver uma prática de alfabetização de massas mais eficaz para os padrões brasileiros. No país, o Rio de Janeiro e as capitais estaduais acabavam concentrando a população alfabetizada. O ritmo de alfabetização em escala nacional era muito lento, o que tinha implicações políticas diretas, pois os analfabetos, quase sempre trabalhadores rurais pobres, não podiam votar e estavam sujeitos aos desmandos dos coronéis, donos de gado e de gente (NAPOLITANO, 2021, p. 56).

O Brasil não efetivou a democratização do ensino, pois as escolas tinham as poucas vagas disputadas pelos segmentos médios da população. Já a elite, por sua vez, continuava com a educação com preceptores, em casa. A partir da industrialização e a urbanização formou-se a nova burguesia urbana, e estratos emergentes de uma pequena burguesia exigiam o acesso ao ensino. Retomando, porém, os valores da oligarquia, esses grupos sociais aspiravam à educação acadêmica e elitista a despeito da formação técnica, considerada inferior.

O operariado precisava de um mínimo de escolarização, e começaram as pressões para a expansão da oferta de ensino. Na década de 1920, o índice de analfabetismo atingira a alta cifra de 80%. O conflito das forças emergentes produziu muitos movimentos políticos e culturais, ou seja, ocorria uma efervescência do debate educacional e cultural brasileiro (ARANHA, 2006, p. 299).

A década de 1920 marcou um momento de grande discussão em torno da educação brasileira. O modelo existente – que enfatizava a formação das elites – foi criticado. Em seu lugar propunha-se a instituição de um sistema nacional de educação, destacando a educação básica, mas formando um todo articulado, do primário ao superior. Destarte, seria fundamental organizar um moderno e eficiente sistema de educação, em que caberia ao governo federal a maior responsabilidade. Até o final da Primeira República, a União se mantinha praticamente omissa acerca dos graves problemas educacionais.

No final da Primeira República, em matéria educacional, pouco ou nada havia avançado em relação ao final do Império: a) ausência de um sistema nacional de educação; b) não envolvimento da União acerca do ensino primário, relegado ao encargo dos reduzidos recursos dos estados; c) o ensino secundário permanecia minado pelo ensino irregular, não seriado, tendo como principal objetivo preparar para o ensino superior; d) O ensino superior, reduzia-se a algumas instituições de ensino isoladas, pois ainda não havia uma universidade no país (PILETTI; PILETTI, 2021, p. 112).

A Era Vargas (1930-1945)

A intensificação do capitalismo industrial no país, que a Revolução de 1930 acabou por representar, determinou conseqüentemente o surgimento de novas demandas educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, tampouco pelos poderes constituídos, a nova situação implantada na década de 1930 veio modificar profundamente o quadro das aspirações

sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 1999, p. 59).

De acordo com Claudino e Nelson Piletti:

A primeira iniciativa da Revolução de 1930, no âmbito educacional, foi a criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados. A criação das Secretarias de Educação dos Estados, em lugar das antigas Diretorias-Gerais de Instrução Pública, representou uma importante mudança conceitual, qual seja, a substituição de instrução, conceito restrito e limitado à transmissão de conhecimento e ordens, por educação, conceito mais amplo e complexo, compreendendo a formação integral da pessoa a partir das suas próprias potencialidades. Com a criação do Ministério da Educação [...] o governo federal procurou alcançar três objetivos: 1º) Ampliar sua faixa de participação no desenvolvimento da educação nacional [...] 2º) Desenvolver instrumentos destinados a unificar, disciplinar e proporcionar articulação e integração aos sistemas isolados estaduais [...] 3º) Estabelecer os mecanismos destinados a promover o relacionamento federal com os diversos sistemas [...] (PILETTI; PILETTI, 2021, p. 183).

Os anos de 1930 são marcados por intensa disputa ideológica no campo político, econômico e no âmbito educacional. Diversos interesses opunham-se, sobretudo entre liberais e conservadores, ao lado de alguns grupos de esquerda socialista e anarquista e outros de direita, como os integralistas, sem nos esquecermos dos interesses dos militares na educação. De um lado, estão intelectuais liberais, socialistas, comunistas, agrupados em torno do movimento denominado Escola Nova; de outro, os católicos e conservadores de diferentes posições ideológicas, reunidos em torno de um projeto conservador de renovação educacional. Em suma, as divergências concentravam-se, basicamente, ao redor de quatro pontos: obrigatoriedade para todos do ensino elementar; gratuidade desse mesmo ensino; currículo laico e coeducação dos sexos (ARANHA, 2006, p. 302).

Fernando de Azevedo, defensor do ensino público totalmente laico, foi quem redigiu o manifesto “A reconstrução educacional do Brasil: manifesto dos pioneiros da educação nova”, que teve entre outros signatários: Anísio Teixeira, Júlio de Mesquita Filho e Cecília Meireles. O “Manifesto” não é somente um documento preocupado em estabelecer um diagnóstico do quadro educacional brasileiro. Há nele uma proposta de criação de um sistema nacional de educação, consubstanciado em um esboço geral de um programa educacional.

Assim, Ghiraldelli explica sobre a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação dos sexos, no texto do “Manifesto”,

[...] A laicidade está colocada para expulsar o “dogmatismo sectário” do ambiente escolar, dado que a personalidade do educando seria desrespeitada se a escola viesse a ser utilizada como “instrumento de propaganda de seitas e doutrinas”. Quanto à gratuidade, o Manifesto a defende em nome dos princípios democráticos de colocar a educação ao alcance de todos. A obrigatoriedade visa proteger o menor de 18 anos, pois “na sociedade moderna o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam e violentam a criança e o jovem”. Finalmente, a coeducação está na ordem das diretrizes da “escola unificada” que não gostaria de permitir desenvolvimento desigual para os sexos (GHIRALDELLI, 2015, p. 55).

A Constituição de 1934 foi a primeira a incluir um capítulo especial sobre a educação, estabelecendo alguns pontos importantes, dentre os quais: a educação como direito de todos; a obrigatoriedade da escola primária integral; a gratuidade do ensino primário; a assistência aos estudantes necessitados. O governo federal assumiu novas atribuições educacionais que constituíram o início da construção de um sistema nacional de educação. Entretanto, ocorreu uma profunda centralização das competências, ou seja, a autonomia dos estados e dos diversos sistemas educacionais, como os municipais, foi limitada, pois quase tudo passou a depender do governo federal.

Com o golpe de Estado de 1937, Getúlio Vargas, implantou uma ditadura no país: o Estado Novo (1937-1945). Gustavo Capanema – ministro da Educação – promoveu a reforma de todos os graus e modalidades por meio de decretos-lei, já que o Congresso fora fechado pelo regime. Nesse sentido, havia uma concepção autoritária de educação, segundo a qual o povo deveria ser tutelado pelas elites condutoras.

Para Claudino e Nelson Piletti (2021, p. 194-195), “[...] conforme a Constituição de 1937, o direito à educação deixa de ser direito [...]”. Ademais, reforça o velho dualismo educacional. De um lado, ensino médio e superior para as elites. De outro, primário e profissional – visto como de segunda categoria – aos pobres.

A Constituição outorgada de 1937 retirou a vinculação de impostos para o financiamento da educação, restringiu a liberdade de pensamento, colocou o Estado como subsidiário da família e do segmento privado na oferta da educação escolar. A relação educação e ditadura é paradigmática: ameaças de censura, restrições de várias ordens, insistência em organizações de jovens sob a figura do “adestramento físico e disciplina moral”, imposição do patriotismo e destinação do ensino profissional “às classes menos favorecidas” (CURY, 2011, p. 23).

A República Democrática (1945-1964)

Na República Democrática, estava em curso um processo de consolidação de uma democracia representativa: a organização de partidos políticos nacionais, com programas e perfis ideológicos definidos, a legislação eleitoral, a significativa ampliação de eleitores e a competição eleitoral. Na experiência democrática, intensificaram as relações entre o eleitor – obrigado a votar – e o candidato – que tem necessidade do voto – no país. O desenvolvimentismo – até então caracterizado pelo nacionalismo – começou a entrar em contradição com o processo de abertura ao capital internacional, devido à instalação das empresas multinacionais, sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek.

No âmbito educacional, a democracia também avançou: o ensino técnico-profissional conseguiu, ao menos legalmente, a sua equivalência com o secundário; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961, foi discutida durante treze anos no Congresso Nacional, ao contrário de todas as regulamentações anteriores, impostas pelo Executivo; desenvolveu-se intensa luta no sentido de ampliar o acesso à escola pública e gratuita; difundiram-se campanhas e movimentos de educação popular, entre outros avanços.

A Carta Constitucional de 1946 inspirou-se no ideário liberal e democrático. Essa Constituição retomou, em boa medida, princípios da Constituição de 1934, como a vinculação de impostos para o financiamento da educação como direito de todos, a distinção entre rede pública e a privada, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário. Ademais, fez a reposição em termos federativos concernente a autonomia dos Estados na organização dos sistemas de ensino (CURY, 2011, p. 23-24).

De acordo com Claudino e Nelson Piletti:

[...] desenvolveu-se intensa campanha em defesa da escola pública. Educadores, órgãos de imprensa, sindicatos, estudantes e outros setores da sociedade empenharam-se em tornar realidade o preceito constitucional: a educação é um direito de todos. Para que todos tivessem acesso à educação, seria necessário ampliar o número de escolas públicas e gratuitas, já que as particulares eram pagas e, dessa forma, só acessíveis a determinadas classes sociais. Se nos ativermos ao ensino secundário, constatamos que a luta pela ampliação da escola pública vinha da década de 1930 e intensificou-se a partir da redemocratização e da aprovação da Constituição de 1946. Assim, se em 1932 havia no Brasil inteiro apenas 394 unidades de ensino secundário, das quais somente 58 mantidas pelos poderes públicos e a grande maioria, 336, pertencendo à iniciativa particular, ou seja, acessíveis a uma pequena minoria, na década de 1960 a situação já era bem diferente [...] (PILETTI; PILETTI, 2021, p. 208).

No decorrer da experiência democrática, também tiveram grande atuação diversos movimentos da educação popular, sobretudo destinados à alfabetização de adultos e patrocinados pelo governo federal. Procurou-se combater o analfabetismo que no país, já que, em 1950, em torno de 50% dos brasileiros com quinze anos ou mais eram analfabetos e não podiam legalmente votar. Dentre esses movimentos, destacaram-se a Campanha de Educação de Adultos, o Movimento de Educação de Base e o Programa Nacional de Alfabetização.

A ditadura militar (1964-1985)

O regime instalado em 1964, por um golpe de estado contra o presidente João Goulart, pretendeu frear os avanços e as conquistas populares que estavam se verificando no período anterior. A educação brasileira, da mesma maneira que outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação da sociedade.

Em termos econômicos, acelerou-se a concentração da riqueza e, conseqüentemente, aumentou a desigualdade social. Os salários foram arrochados, ao mesmo tempo que os preços disparavam. A atividade sindical foi violentamente reprimida e o desemprego aumentou. Ademais, escolas e universidades foram invadidas pela polícia, muitos professores e estudantes foram presos e/ou exilados. O regime procurou acabar com o movimento estudantil, ao transformar as entidades dos estudantes em órgãos dependentes de verbas e orientação do Ministério da Educação. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi posta na ilegalidade. Após o Ato Institucional n. 5 (1968), dando plenos poderes ao Executivo, ocorreu o recrudescimento da repressão: proibição de passeatas, desfiles, confecção e distribuição de material considerado subversivo, demissão de funcionários, desligamento de estudantes, prisões, torturas, desaparecimentos e mortes (PILETTI; PILETTI, 2021, p. 215-216).

No contexto educacional brasileiro, havia a tendência tecnicista, isto é, a tentativa de aplicar na escola o modelo empresarial, que se baseia na racionalização, própria do sistema capitalista. Um dos principais objetivos era, portanto, adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica. No Brasil, a tendência tecnicista foi implantada no período da ditadura militar e prejudicou sobretudo as escolas públicas, uma vez que na rede privada de ensino essas exigências foram contornadas (ARANHA, 2006, p.

315).

Aqui, convém lembrar – no contexto da guerra fria – certo grau de ingerência estadunidense em assuntos educacionais brasileiros, mediante acordos assinados entre o Ministério da Educação e a Agência Interamericana de Desenvolvimento dos Estados Unidos, que se tornaram conhecidos com o nome genérico de Acordos *MEC-USAID*, pelos quais o Brasil receberia assistência técnica e cooperação financeira para a implantação de reformas. De acordo com Ghiraldelli (2015, p. 147): “Entre junho de 1964 e janeiro de 1968 foram firmados doze acordos [...] o que comprometeu a política educacional do nosso país às determinações de um grupo específico de técnicos norte-americanos [...]”.

Para implantar o projeto de educação proposto, o governo militar não revogou a LDB de 1961 (Lei nº. 4.024), mas introduziu alterações e fez atualizações. Enquanto essa lei fora antecedida por amplo debate na sociedade civil, ao contrário, a Lei nº. 5.540/68 (para o ensino superior) e a Lei nº. 5.692/71 (para o 1º e 2º graus) foram impostas por militares e tecnocratas.

Segundo Aranha:

[...] desenvolveu-se uma reforma autoritária, vertical, domesticadora, que visava atrelar o sistema educacional ao modelo econômico dependente, imposto pela política norte-americana para a América Latina [...] A reforma assentava-se em três pilares: - educação e desenvolvimento: formação de profissionais para atender às necessidades urgentes de mão-de-obra especializada no mercado em expansão; - educação e segurança: formação do cidadão consciente – daí as disciplinas sobre civismo e problemas brasileiros [...] – educação e comunidade: criação de conselhos de empresários e mestres para estabelecer a relação entre escola e comunidade (ARANHA, 2006, p. 316).

Entre outras demandas históricas dos estudantes estava a que reclamava o aumento do número de vagas nas escolas superiores públicas. Com o regime militar, os estudantes continuaram sua luta, porém passaram a ser vistos como subversivos e suas manifestações eram violentamente reprimidas. As vagas no ensino superior eram limitadas. Muitos discentes passaram no vestibular – que considerava aprovados todos os que atingissem a nota mínima –, mas não podiam entrar na universidade por falta de vagas.

Em 1968, a reforma universitária promoveu entre outras inovações: a) a extinção da cátedra e sua substituição pelo departamento; b) o abandono do modelo da Faculdade de Filosofia e a organização da universidade em unidades; c) currículos flexíveis, cursos parcelados, semestrais, com a introdução do sistema de créditos; d) a introdução dos exames vestibulares unificados e dos ciclos básicos, comuns a estudantes de diversos

cursos.

A reforma procurou enquadrar a universidade dentro de um modelo empresarial, que lhe desse mais eficiência burocrática, bem como multiplicaram-se as vagas em escolas superiores particulares, de forma a permitir, em muitos casos, a existência de sobra de vagas nessas escolas. Se, antes de 1969, a maior parte das vagas em escolas superiores eram públicas e gratuitas, hoje são particulares e pagas (PILETTI; PILETTI, 2021, p. 219).

Do mesmo modo que a Reforma Universitária, a legislação de 1971, que reformou o ensino de 1º e 2º graus, foi imposta pelo regime quase sem debate e sem participação de estudantes, professores e outros setores interessados. O principal objetivo era proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. Para tanto, a lei reestruturou o ensino, ampliando a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos.

O antigo curso primário (de 4 a 6 anos) e o antigo curso ginásial (de 4 anos) foram unificados num único curso de 8 anos, o curso de 1º grau. Os ramos profissionais existentes no antigo ginásio – industrial, comercial, agrícola, normal – desapareceram. O ensino de 1º grau deixou de ofertar formação profissional, destinando-se exclusivamente à educação geral. O antigo curso colegial, de três anos, foi todo transformado em ensino de 2º grau, de três ou quatro anos, todo ele obrigatório e exclusivamente profissionalizante. Essa situação acabaria modificada em 1982, permitindo-se às escolas a liberdade para oferecerem ou não habilitações profissionais.

De acordo com Ramos:

O discurso utilizado para sustentar o caráter manifesto de formar técnicos construiu-se com base nas necessidades do mercado de trabalho e no intuito de possibilitar aos jovens que não ingressava nas universidades a opção pela vida economicamente ativa imediatamente após a conclusão do 2º grau. Ocorre que este último argumento não condizia com o projeto de ascensão social da classe média, que rejeitou a função contenedora do ensino técnico [...] (RAMOS, 2011, p. 234).

Em termos práticos, a obrigatoriedade de oito anos não se efetivou, uma vez que não havia recursos materiais e humanos para atender a demanda. A profissionalização do ensino teve muitas dificuldades. Faltavam professores especializados, as escolas não ofereciam infraestrutura adequada aos cursos, sobretudo nas áreas de agricultura e indústria. As escolas particulares, por sua vez, não se submeteram a legislação, pois o

trabalho efetivo em sala de aula permaneceu voltado para a formação geral e preparação para o vestibular.

Nas palavras de Aranha:

[...] a escola da elite continuava propedêutica, enquanto as oficiais aligeiravam seus programas com disciplinas mal ministradas, descuidando-se da formação geral. De maneira mais grave ainda persistia a seletividade, já que a elite, bem preparada, ocupava as vagas das melhores universidades. Como consequência, a reforma não conseguiu desfazer o dualismo escolar [...] (ARANHA, 2006, p. 320).

Claudino e Nelson Piletti, sublinham alguns dados para evidenciar a difícil situação em que o país se encontrava, no final da ditadura militar, em termos de educação:

[...] Em 1980, 25,94% dos brasileiros de 15 anos ou mais eram analfabetos, de acordo com o IBGE; [...] dos alunos que iniciaram o 1º grau em 1978, pouco mais que a metade, 55,3%, passaram para a 2ª série em 1979, 38,5% cursaram a 5ª série em 1982, 18,3% fizeram a 8ª série em 1985, 11,8% terminaram o 2º grau em 1988 e apenas 5,9% conseguiram ingressar no ensino superior em 1989, segundo dados do MEC [...] Em 1989, aproximadamente 5 milhões de crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola (PILETTI; PILETTI, 2021, 215-216).

O período ditatorial, ao longo de duas décadas, foi pautado acerca da educação pela via da repressão, privatização do ensino, exclusão de grande parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério por meio de abundante e confusa legislação educacional (GHIRALDELLI, 2015, p 146).

A Nova República: conquistas e desafios

No início da década de 1980, o regime militar dava sinais de seu esgotamento, entrando em curso o lento processo de democratização. Em 1985, surgiu o primeiro governo civil depois da ditadura, ainda com inúmeros remanescentes do período autoritário. A despeito dos movimentos populares, com destaque para a campanha das “diretas-já” manteve-se a eleição indireta para a presidência da República. Para Aranha (2006, p. 321), “[...] a situação pedia não só urgente valorização do magistério, mas a necessária recuperação da escola pública, aviltada e empobrecida naqueles anos todos [...]”.

A busca pela redemocratização, a necessidade de se repensar um novo pacto fundamental para o país e a urgência de normas estruturantes conforme à democracia, conduziram a uma impressionante mobilização popular e, depois, à Constituinte de 1987. A questão da escola pública acirrou discussões no decorrer dos trabalhos dos constituintes. No campo educacional, foram intensos os debates. De um lado, os privatistas – reivindicando, entre outras coisas, verbas públicas para as escolas particulares. De outro, os defensores da escola pública e gratuita para todos, em todos os níveis.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a nova Constituição, fixa a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, estabelecendo, entre os princípios norteadores do ensino no Brasil, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Vários princípios da Constituição constituem avanços em relação aos textos constitucionais anteriores, que não referenciavam à “permanência na escola”, ao “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, à “valorização dos profissionais do ensino”, à “gestão democrática”. Ademais, ressalta-se, a garantia da existência de instituições privadas de ensino, que deverão cumprir “as normas gerais da educação nacional”, assim como submeter-se à “autorização e avaliação de qualidade pelo poder público”.

Aranha destaca alguns pontos importantes da nova Constituição,

[...] gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; ensino fundamental obrigatório e gratuito; extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio; atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos [...] valorização dos profissionais do ensino, com planos de carreira para o magistério público; autonomia universitária; aplicação anual pela União de nunca menos de 18% e pelos estados, Distrito Federal e municípios de 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino [...] plano nacional de educação visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país [...] (ARANHA, 2006, p. 324).

Conforme Cury:

É certo que a realização de muitas expectativas postas na Lei Maior e nas leis infraconstitucionais entre em choque com as adversas condições sociais da sociedade de classes e também as condições de oferta e de trabalho existentes nos estabelecimentos de ensino [...] Nem por isso diminuiu, entre os educadores, a importância reconhecida da lei porque, como cidadãos, eles se deram conta de que, apesar de tudo, ela ainda é um instrumento viável de luta e porque com ela pode-se criar condições mais propícias não só para a democratização da educação, mas

também a socialização cidadã de novas gerações (CURY, 2011, p. 27).

Aprovada a Constituição em 1988, restava elaborar a lei complementar para tratar das Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB). O novo projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional teve uma tramitação tumultuada de quase uma década no Congresso Nacional. No Senado, foi substituído por um novo projeto de autoria do senador Darcy Ribeiro, tendo retornado à Câmara, onde foi aprovado com poucas alterações. Em 1996, foi finalmente sancionado pelo presidente da República, no dia 20 de dezembro de 1996, como Lei n. 9.394/96.

Destacam as mais importantes inovações da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional: a gestão democrática do ensino público na educação básica; progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, seguras às unidades escolares públicas de educação básica pelos sistemas de ensino; nova composição dos níveis escolares; oportunidades educacionais apropriadas, asseguradas gratuitamente pelos sistemas de ensino, para jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular; educação profissional desenvolvida em articulação com o ensino regular; educação especial oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais e organização da educação básica (PILETTI; PILETTI, 2021, p. 215-216).

Após a aprovação da LDB de 1996, ocorreram modificações introduzidas na legislação que promoveram avanços da democratização da educação. Nesse sentido, destacam-se, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), as alterações curriculares, o ensino fundamental de nove anos, o novo ensino técnico, a educação escolar indígena, as escolas familiares e comunitárias do campo, assim como a obrigatoriedade do ensino médio.

Outra questão relevante naquele contexto educacional foi a instituição do Plano Nacional de Educação, ou seja, um plano com responsabilidades compartilhadas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em sus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam a: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhora na qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do país.

O primeiro Plano Nacional de Educação vigorou de 2001 a 2010. No final do respectivo decênio, haviam sido cumpridas apenas 33% das 294 metas estabelecidas. Em

2014, com três anos de atraso, foi promulgada a Lei n. 13.005, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), com 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias (PILETTI; PILETTI, 2021, p. 233).

Analisando o processo histórico da educação brasileira é possível afirmar que houve avanços significativos em relação ao acesso ao ensino público e gratuito. Todavia, persistem problemas estruturais em termos socioeconômicos que afetam indiretamente e diretamente o campo educacional. Nesse sentido, o Brasil enfrenta múltiplos desafios: erradicar o analfabetismo, aumentar vagas em creches e universalizar a pré-escola, a universalização do ensino fundamental e médio, a diminuição da evasão escolar do ensino médio, valorizar os profissionais da educação, a universalização da educação especial, a expansão da educação em tempo integral nas escolas públicas, aumentar a qualidade do ensino, entre outros.

Considerações Finais

Ainda temos um longo caminho a trilhar, especialmente no que se refere à permanência e êxito na escola e, portanto, à continuidade dos estudos, principalmente dos mais pobres, o que significa dizer, na melhoria da qualidade do ensino, com escolas bem equipadas e docentes qualificados e valorizados. A democratização do acesso e da permanência na escola, com a ampliação do período escolar e a melhoria da qualidade do ensino, constituiu uma luta histórica dos educadores brasileiros.

A taxa de matrícula na idade adequada, nos diversos níveis de ensino tem aumentado muito lentamente nas últimas décadas. Os dados mostram os avanços dos últimos anos em alguns setores, menos em outros. Evidentemente, pode-se observar discrepância entre os propósitos legais e a realidade brasileira. Nesse sentido, à melhoria da educação depende dos esforços de todos os envolvidos diretamente com o processo educacional e da sociedade em geral.

O acesso à educação pública, gratuita e de qualidade é um processo contínuo e complexo. O país que busca a consolidação da democracia e o desenvolvimento integral de seu povo precisa dar condições à real democratização da educação e da escola. A educação pública e gratuita não deve ser naturalizada, mas compreendida na sua historicidade, sobretudo a partir das contradições da sociedade brasileira e, consequentemente, das disputas políticas em torno de visões distintas de futuro.

Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação nas Constituições Brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). **Histórias e Memórias da educação no Brasil, século XX**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, v. 3, p. 17-28.
- GHIRALDELLI, Paulo. **História da educação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2021.
- PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- RAMOS, Marise Nogueira. O Ensino Médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). **Histórias e Memórias da educação no Brasil, século XX**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, v. 3, p. 229-242.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Notas:

¹ Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) – Campus Frederico Westphalen/RS. E-mail: marcos.asturian@iffarroupilha.edu.br / <https://orcid.org/0000-0001-8996-7346>